

DOMINGOS PERES,

Professor de Matemática da Princesa Maria de Portugal, na
fundação de um beatério bracarense.

1. Não sofre dúvida o alto nível de requintamento cultural da corte de D. Manuel e, nesse contexto, particularmente, o empenho posto pelo rei na formação integral dos seus descendentes, numa política que haveria de ser continuada pelo príncipe D. João, seu sucessor¹. Assim, acolhido magnificamente em Évora por D. João III e pela rainha D. Catarina, em Março de 1535 o humanista flamengo Clenardo falava com entusiasmo da corte portuguesa, na qual floresciam os estudos, dos quais davam boa conta e exemplo os filhos de D. Manuel².

De entre estes, Damião de Góis destaca, pelas «qualidades da sua real pessoa e filhos», o infante D. Duarte³. Deste infante, o retrato mais completo e vivo que possuímos saiu da pena do célebre humanista erasmiano André de Resende. Ao lermos essa *Vida*, não estamos diante de um panegírico estereotipado: contactamos com um príncipe de carne e osso, evocado afectiva e saudosamente, *post-mortem*, por um mestre que o viu crescer, lembrado da grande «humanidade», «honra e mimo» com que sempre fora tratado, através de uma sequência de instantâneos representativos da afirmação de uma personalidade no seu ambiente vital de educação⁴.

¹ Cf. v. g. José Sebastião da Silva DIAS. *A política cultural da época de D. João III*, t. II, Coimbra, 1969, particularmente 701-715. Dispensamo-nos de outras importantes e conhecidas referências, remetendo para a *Bibliografia do Humanismo em Portugal no século XVI*, organizada por Isaltina das Dores Figueiredo (I.N.I.C., Coimbra, 1986).

² M. Gonçalves CEREJEIRA, *O Humanismo em Portugal. Clenardo*, Coimbra, 1926, 58-92.

³ *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*, Parte III, Coimbra, 1926, particularmente, 249-250.

⁴ *Vida do Infante Dom Duarte*, Lisboa, Of. da Academia Real das Sciencias, 1789.

É certo que na sóbria verdade com que nos são transmitidos rasgos de temperamento e episódios biográficos - ao abrigo de muitas e alegadas testemunhas de vista -, há a proposta ao filho póstumo do infante D. Duarte, seu homónimo, a quem a obra é dirigida, de um modelo de virtudes de príncipe cristão, exposto segundo um plano prévio, enunciado pelo autor. Mas é o próprio Resende que adverte que não ampliará louvores, nem proporá uma «ideia de santidade» para todo o género de pessoas: «somente proporei um príncipe cristão, religioso na fé, virtuoso nas obras, modesto nos costumes, fácil na conversação, e cortesão dentro dos limites da Real Corte, e cortesia sem fumo de vaidade e sem pendão de hipocrisia»⁵. Acomodando aos seus propósitos uma expressiva citação inaugural do capítulo 51 de Isaías, tratava-se de fazer o destinatário da obra atentar na natureza da «pedreira» de que havia sido talhado, ou seja, considerar convenientemente o cabedal de virtudes dos seus progenitores, o infante D. Duarte e sua mulher, D. Isabel, filha de D. Jaime, duque de Bragança.

Da leitura frequente desta *Vida*, feita «lembrança familiar», poder-se-iam «tirar documentos» proveitosos. Usando uma linguagem tradicional, André de Resende incitava o filho a «ter por espelhos» os abundantes exemplos do biografado, que por seu turno legaria à sua própria descendência⁶. Assim terá acontecido: o Senhor D. Duarte foi sempre, na expressão de D. Francisco Manuel de Melo, «galante e excelente príncipe» e «amante da virtude»⁷, e o Padre Amador Rebelo, num depoimento coevo e qualificado, di-lo «cheio de religiosas virtudes», e evoca a sua «afabilidade», «liberalidade» e «cortesia», aproximando as qualidades de pai e filho⁸, semelhantes até numa morte precoce. Mas, como é sabido, depois dos seus importantes serviços na primeira jornada de África, desconsiderado por D. Sebastião, o Senhor D. Duarte retirou-se para Évora, para junto do seu tio, cardeal D. Henrique, que muito o apreciava e estimava, aí vindo a fale-

Citaremos esta *Vida* pelas *Obras Portuguesas de André de Resende*, pref. e notas de José Pereira TAVARES, ed. Sá da Costa. Lisboa. 1963. 79-132.

⁵ *Obras Portuguesas de André de Resende*, 84.

⁶ Cf. *Obras Portuguesas de André de Resende*, 81 e 132.

⁷ D. *Teodósio II*, trad. e prefácio de Augusto CASIMIRO, ed. Civilização, Porto, 1944, 126 e 233.

⁸ *Crónica de El-Rei Dom Sebastião*, publicada por António Ferreira de SERPA, ed. Civilização, Porto, 1925, 28 e 48-51.

cer, aos trinta e cinco anos de idade, solteiro e sem descendência, com a sua morte abrindo a porta às aspirações de Filipe II ao trono de Portugal ⁹.

Sem subestimar a natureza especular e hagiográfica destes escritos, na hora de, pelos relatos disponíveis, conhecer e apreciar a curta vida de D. Duarte - filho (o Senhor D. Duarte, condestável e duque de Guimarães), bem como a das suas duas irmãs, D. Maria, primogénita, casada com o príncipe de Parma, filho do Duque Octávio e de Margarida de Habsburgo, filha natural de Carlos V, ou de D. Catarina, casada com D. João, seu primo, 6.º duque de Bragança, faz todo o sentido regressar ao debuxo de André de Resende, procurando nele reter constantes que passam da vida do pai para a dos filhos.

Na *Vida* de D. Duarte, de André de Resende, além de se sublinhar a inclinação às letras do infante, salientam-se alguns traços morais e espirituais do biografado que identicamente irão avultar na *Vida* da Princesa de Parma, escrita pelo seu confessor jesuíta e futuro bispo de Funay (Japão), Sebastião de Moraes¹⁰, e nos quais é lícito ver reflectidas vivências de um quadro educativo e de valores assumido familiarmente: principescas humanidade e liberalidade; limpeza de costumes, castidade e pudicícia; intensa e acrisolada piedade (diz-se que o infante ouvia missa quotidiana e era «devotíssimo da Cruz e Paixão de Nosso Senhor»); preocupações de ortodoxia e acatamento à sé apostólica; clareza e escrúpulo de «contas de consciência» (com anotação escrita das faltas, previamente à confissão); discreto rigor ascético (secreto cilício e dias de disciplina, nos quais, diz Resende, «desde a infanta, sua mulher, para baixo, ninguém o via nem dele sabia mais que estar só no oratório»); serena atitude perante a doença e morte, abraçando a «vontade de Deus»¹¹.

Com efeito, nos elementos biográficos por nós coligidos relativos ao infante D. Duarte e a sua mulher, D. Isabel, bem como aos filhos destes, encontramos sempre idêntica expressão de um alto sentido de dever em relação às obrigações do seu estado e hierarquia, e não lobrigamos uma única nota informativa capaz de fazer questionar outro denominador comum; a aspiração de todos a um modo reformado de vida e a uma intensa e interiorizada piedade, particularmente inclinando-se às práticas e institu-

⁹ Cf. Queiroz VELLOSO, D. *Sebastião*, Lisboa. 1935, 216.

¹⁰ *Vita et Morte della Serenissima Principessa di Parma et Piacenza*, Bologna, Alessandra Benacci, 1578.

¹¹ Cf. *Obras Portuguesas de André de Resende*, 1 15-124.

tos que, eclesialmente, então se apresentavam com mais forte sugestão de frescura e de potencial renovador.

Podemos ver um exemplo desta marca familiar no facto de, em Portugal, tanto D. Isabel - tão afectada também ao mundo das observâncias reformadas franciscanas -, como seus filhos, D. Maria. D. Catarina e D. Duarte, se terem aplicado aos *Exercícios Espirituais*, feitos igualmente pelo infante D. Luís e pela própria rainha D. Catarina¹², facto que ajuda a penetrar nas razões pelas quais, ao casar, Maria quis levar consigo para Parma o seu jovem confessor jesuíta, deste modo sublinhando a nota de receptividade da casa real portuguesa às influências inicianas, normalmente enfatizada pela afeição e conhecidos apoios recebidos de D. João III e do cardeal-infante D. Henrique, mas também do infante D. Luís - que chegou a propor-se entrar para a Companhia¹³ - e da infanta D. Maria.

Nesta ordem de ideias, tenha-se presente que D. Isabel se corresponde afectuosamente com S. Pedro de Alcântara, tonificador do movimento capucho em Portugal. Em carta de Novembro/Dezembro de 1551. S. Pedro de Alcântara declarava à viúva do infante D. Duarte que tinha mais amor às coisas de Portugal que às de Castela pela grande cristandade dos príncipes portugueses, entre os quais Deus a assinalara, tanto pelo que havia herdado «dos seus progenitores», como «pelas boas inclinações e por estar mais desembaraçada de negócios temporais»¹⁴. Nesse mesmo ano, tinha então a futura princesa de Parma treze anos, e sua mãe dava conta ao santo, noutra carta, da sua «muita esperança» quanto ao futuro de Maria¹⁵. Da parte de D. Isabel, este franciscanismo (quando Maria casar poderá recolher-se em Lisboa numas casas pegadas e com passadiço para o mosteiro das freiras de Santa Clara¹⁶), era realmente uma outra marca de família: baste lembrar quanto a seu pai, D. Jaime, duque de Bragança, que chegou a querer professar nos menores, ficaram devendo os capuchos espanhóis

¹² Cf. Francisco RODRIGUES (S. J.), *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, t. I, vol. I, 637.

¹³ Cf. Robett RICARD, *Pour une monographie de l'infant D. Luis de Portugal*, em *Études sur l'histoire morale et religieuse du Portugal*, Fundação C. Gulbenkian, Paris, 1970, 142-152; cf. José Sebastião da Silva DIAS. *op. cit.*, 702-705.

¹⁴ Cf. F. Félix LOPES, *Influência de S. Pedro de Alcântara na espiritualidade portuguesa do seu tempo*, Sep. da «Revista Portuguesa de História», t. VI, Coimbra 1964, Apêndice, 63.

¹⁵ F. Félix LOPES, *art. cit.*, 58.

¹⁶ Cf. *Obras portuguesas de André de Resende*. 132.

refugiados entre nós, não longe do palácio ducal de Vila Viçosa, no conventinho que o duque lhes mandou construir e se tornou cabeça da nova e modelar Província da Piedade¹⁷. Será pois de admirar - a revelação é do Padre Sebastião de Morais - que a princesa Maria, em Portugal, antes de casar, por ocasião da profissão solene de uma dama da corte como clarissa, lenha pedido à rainha licença para fazer o mesmo¹⁸?

2. Parece-nos evidente que o significado daquilo que a princesa de Parma e Placência fez ou até escreveu em Itália deve procurar-se sobretudo em Portugal. Contando vinte e sete anos à data do casamento com Alexandre Farnese, em 1565¹⁹, a personalidade e o quadro da sua espiritualidade estavam certamente definidos, sendo de resto a sua vida, fora do país, curta de doze anos. Recordemos outras importantes circunstâncias: primeiro fruto do consórcio dos pais, a princesa Maria nasceu em Lisboa a 8 de Dezembro de 1538 e recebeu o baptismo na capela real, da mão do arcebispo do Funchal, D. Maninho de Portugal, no dia de Nossa Senhora da Expectação do mesmo ano, sendo padrinhos o rei D. João III e a infanta D. Maria, seus tios, com assistência dos infantes D. Henrique e D. Luís e concurso de toda a nobreza da corte²⁰. Catarina, futura herdeira do «benefício da representação» do pai na sucessão do trono português, nasceu a 18 de Janeiro de 1540, e nesse mesmo ano, a 20 de Outubro, faleceu o seu pai, infante D. Duarte, deixando D. Isabel no princípio da gravidez do seu filho varão homónimo. Como é natural, este simples facto de, pouco espaçados entre si, os três irmãos não lerem chegado a conhecer o pai, ter-se-á reflectido numa grande proximidade afectiva e educativa dos filhos entre si e no fortalecimento da ligação, imagem e papel da mãe. Os traços biográficos conhecidos de Maria parecem confirmar esta realidade, c um Luís de Salazar y Castro, bem informado, enfatiza o grande afecto que unia mãe c filha, mas também o "parentesco» espiritual de ambas as personalidades .

Tecendo um rasgado elogio a D. Isabel. D. Francisco Manuel de Melo

¹⁷ Cf. José Sebastião da Silva DIAS, *Correntes de sentimento religioso em Portugal*, I. I, Universidade de Coimbra, 1960, 147.

¹⁸ Cf. *Vita et Morte...* fls. llv. - 12r.

¹⁹ Vide Giuseppe BERTINI, *Le Nozze di Alessandro Farnese. Feste alle corti di Lisbona e Bruxelles*, Skira, Milão, 1997.

²⁰ Cf. Luis de SALAZAR Y CASTRO, *Indice, de las glorias de la Casa Farnese*, Madrid, Francisco del Hierro, 1716, 655.

²¹ *Op. cit.*,. 661.

diz-nos laconicamente que, desaparecido o infante, Maria e Catarina «foram criadas na rigorosa escola de sua mãe». Fornece-nos no entanto preciosas e detalhadas informações sobre o convívio e maneiras das duas princesas com D. Catarina, vincando a intimidade das crianças com ela - por exemplo, passavam sem avisar do quarto da mãe ao da tia, assistindo ao seu vestir e deitar —, e é o próprio escritor quem vinca o activo e decisivo papel complementar da rainha na respectiva educação²². Assim terá acontecido na formação da espiritualidade? É difícil não o aceitar, se

²² Na expressão do ilustre polígrafo, a rainha D. Catarina, «com o limpíssimo pincel do real exemplo, retocava as vivas cores que a Infanta pusera nas filhas» - *D. Teodósio II*, ed. cit., 137. Vale a pena registar essa recolha de formas de tratamento e maneiras, relativos à criação das duas princesas: D. Catarina «Levava-as à missa em todos os dias de festa. Passavam sem avisar do quarto da mãe ao da Rainha. Assistiam ao seu vestir e deitar. Saudavam-na ao entrar com real reverencia. A Rainha recebia-as de pé, subia para o estrado, sentava-se, e elas tomavam assento sobre as almofadas que as damas lhes dispunham, uma só para as duas enquanto pequeninas. Depois, com a idade, cresceram as homenagens. As almofadas costumavam ser de tapiz ou brocado, para as diferenciar das fidalgas grandes, às quais se fazia a honra do coxim de veludo na antecâmara. As Infantas não a recebiam de sua mãe ou cunhada. A Rainha costumava vestir-se sentada numa cadeira alta e subiam então as sobrinhas para o estrado. E recebiam, a seguir à Rainha, a reverência dos criados, senhores e cortesãos, sempre que estavam junto dela». Nos serviços religiosos ficavam ao lado da rainha, na tribuna, «servidas pelos pagens de sua Mãe», e o bispo ou capelão-mor «dava-lhes água benta, que serviam à Rainha, e diziam à nossa maneira, com ela, a Confissão, a Glória e o Credo, e ajoelhavam no Magnificat quando chegavam ao verso 'Derrubou os poderosos do seu trono...». Se, à hora da missa, se demoravam, a rainha mandava «os seus criados mais estimados a buscá-las». No tocante à mesa e saraus, lemos: «Comiam muitas vezes com os Reis, ao seu lado, sentadas em tantas almofadas quantas precisas para acomodá-las. Deitava-lhes água nas mãos uma dama com o mesmo jarro que servia a Rainha. Esta dama lhes fazia o prato, coberto da mesma forma, e lhes servia a bebida Os porteiros e maceiros apresentavam-lhes ajoelhados, como aos Reis, e o mesmo número de vezes, o doce, e com pouca diferença na reverência. Merendavam com a Rainha, comendo das mesmas frutas e conservas que ela, no mesmo serviço e toalha, e, se jejuava, mandava-as merendar juntas e servir como a ela própria. Nos saraus e festas públicas tomavam lugar ao lado da Rainha. Quando se erguiam para dançar, o Rei mandava aos seus dignitários que as acompanhassem até ao lugar da dança e voltassem com elas depois. Quando elas se levantavam, os Reis deixavam as cadeiras, que ocupavam de novo, mas todos os outros se conservavam de pé enquanto elas dançavam». Finalmente, quanto a saídas e tratamentos, pode ainda ler-se: «Ao voltar para o seu quarto esperavam-nas criados com fachos, misturados com os da Rainha. Acompanhavam-nas o vedor, que era o mordomo, com a vantagem sobre os de Castela em ser um só, mais os cavalei-

dermos valor ao conhecido depoimento do cronista João Polanco, segundo o qual, no paço da rainha, chegou a tal ponto o fervor, que mais parecia um colégio de gente piedosa de ambos os sexos do que uma corte. D. Catarina, culta e piedosa rainha, leitora interessada de Luís de Blois, «consumidora» de livros de espiritualidade, admiradora e protectora de Frei Luís de Granada, em cujo afecto rivalizava com o cunhado, cardeal D. Henrique²⁴, não pode ler deixado de marcar as sobrinhas, quando as próprias damas da rainha, moços fidalgos e pagens sentiam directamente os efeitos do seu protagonismo, pelo solicitado reforço do papel dos jesuítas no desempenho dos ministérios espirituais da corte²⁵.

Quanto à formação intelectual, numa obra de princípios dos anos noventa de quinhentos, Cristobal Acosta classifica ambas as filhas do infante D. Duarte como doutíssimas na matemática e na astrologia, sublinhando que Catarina, uma vez casada, procurava passar esses saberes aos filhos²⁶. Luís de Salazar y Castro lembra que foram comuns os mestres de Maria e da futura duquesa de Bragança e põe em paralelo «as graças, agudeza e compreensão» reveladas pelas duas irmãs. Em relação a Maria, fazendo um apanhado de testemunhos anteriores ao seu, diz: «Amaneciò muy temprano la razon desta Princesa, y empezò luego a exercerla, abriendo la puerta a las ciencias con la latinidad, en que brevemente se adelantò tanto que se explicava en aquel idioma con mucha expedicion y propiedad. De la lengua Griega tuvo suficiente conocimiento; y passando luego à la Filosofia, Mathematica y Astrologia, se hizo en estas ciências muy señalada»²⁷. Atendendo a condição do autor, como panegirista da casa

ros de mais idade, e pelos corredores interiores se retiravam para o quarto da Infanta». Quando a Rainha saía a cavalo, -«as suas éguas ou mulas iam enfeitadas com telizes e a montada real no lugar que lhe competia. Não montavam senão depois da Rainha, como costumavam fazer as Infantas. Eram tratadas de Senhoras diante dos Reis e de todos, embora estivessem ausentes, e com igual cortesia. Nos recados de El-Rei, da Rainha e mais pessoas reais falavam-lhes com reverência, quando perguntavam alguma coisa a ambas, e se respondiam, diziam aquela frase 'Guarde Deus...' tão usada e apreciada nos palácios, juntando a esta outras palavras de respeito e comedimento. Os Infantes davam-lhes graças, dizendo: 'se o consentiam...» - *op. cit.*, 137-140.

²³ Cf. Francisco RODRIGUES (S. J.), *op. cit.*, t. I, vol. 11, 483.

²⁴ Maria Idalina Resina RODRIGUES, *Fray Luis de Granada y la literatura de espiritualidad en Portugal (1554-1632)*, F. U. E., Madrid, 1988, 564-565.

²⁵ Cf. Francisco RODRIGUES (S. J.), *op. cit.*, t. 1, vol. II, 481-513.

²⁶ *Tratado en loor de las mujeres*, Veneza, 1592, 11. 98 v.

²⁷ *Op. cit.*, 656.

Farnese, poderia alguém, incautamente, desvalorizar o conteúdo informativo objectivo destas afirmações. Pela *Vida* escrita pelo confessor de Maria, imediatamente à sua morte, vemos confirmados estes dados, ainda que com certa modulação: competência da princesa na língua latina - «in modo che in quella poteva parlare e scrivere molto bene» -, bons conhecimentos do grego e satisfatórios de filosofia e de matemática²⁸; acrescidos de outros extremamente importantes e significativos: grande prática da Sagrada Escritura, estudada diligentemente, - sobretudo antes de ter casado -, e depois um devotamento mais exclusivo aos livros espirituais. Sabemos que a princesa foi tradutora de S. Bernardo²⁹, que apreciava ler Frei Luís de Granada³⁰, a *Theologia Mistica* de Hugo de Balma (então atribuída a S. Boaventura)³¹, dentre os livros espirituais preferindo os que lhe moviam os afectos³². Tudo referências que necessariamente nos obrigam, como já foi referido, à consideração das correntes de espiritualidade atravessando o meio português donde saiu a princesa de Parma³³.

É quase supérfluo dizer que não surpreende minimamente a anotação da competência de Maria e da sua irmã na latinidade, luzindo mesmo algum saber de grego. É sabido o cuidado posto pela coroa na educação de D. Duarte e dos infantes seus irmãos - recrutando-lhes, nesta área, mestres como por exemplo Aires Barbosa, o «enfadonho" Gaspar Moreira, Clenardo ou André de Resende, e não era crível que as filhas do infante D. Duarte, destinadas pelo casamento a auspicioso futuro e responsabilidades não seguissem essa tradição de exigência de preparação. O epitáfio de Diogo Sigeu, existente na igreja do Carmo em Torres Novas apresenta-o como mestre de D. Catarina³⁴, pelo que o foi certamente também de sua irmã Maria, elemento que por si só, dada a craveira deste humanista, diz alguma

²⁸ Dir-se-ia que o Padre Sebastião de Murais desvaloriza a parte mais «profana» dos interesses intelectuais de Maria Com efeito, depois da referência à língua latina, diz textualmente: «haveva della greca assai buona cognitione; di filosofia & matematica ne sapeva più che à bastanza» - *Vita et morte...*, fl. 14r.

²⁹ *Vita et morte...*, fl. 6r.

³⁰ *Vita et morte...*, fl. 22v.

³¹ Cf. *Vita et morte...*, fl. 14r.

³² *Vita et morte...*, fl.14r.

³³ Cf. José Adriano de Freitas CARVALHO, *Uma carta de D. Maria de Portugal, Princesa de Parma e Piacenza*, «Via Spiritus», 3 (1996), 263-270.

³⁴ Américo da Costa RAMALHO. *Diogo Sigeu*. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Ed. Verbo, Vol. 17.º, Lisboa, 1975. col.s 65-66.

coisa sobre a qualidade da formação recebida. B admira o interesse de Maria pela filosofia natural, astronomia e matemática? Não o cremos, mais uma vez com o pensamento na formação do seu pai e tios: como é sabido, os infantes D. Luís, D. Henrique e D. Duarte, foram na sua juventude, com D. João de Castro e outros nobres do paço, alunos do célebre matemático e cosmógrafo Pedro Nunes, de quem os dois primeiros infantes se tornaram mecenas³⁵. Na linha da velha tradição medieval estas matérias - as *artes reates* - integravam o *curriculum* do homem culto, príncipe ou plebeu, e no Portugal quinhentista as próprias exigências da vida prática moderna impeliam à valorização dos conhecimentos e estudos de matemática³⁶. Era este um tempo em que até no distante colégio da Baía os alunos artistas discutiam apaixonadamente com o seu mestre «a conta da circunferência e diâmetro da Terra»³⁷...

3. Quem foi o mestre de Matemática de Maria e Catarina? O Licenciado Domingos Peres. A verdade é que só há muito pouco tempo o ficamos a saber, por uma feliz coincidência de investigação que teremos ocasião de referir. O seu nome permanece o de um ilustre desconhecido, já que não conseguimos descobrir uma palavra a seu respeito em nenhuma obra consagrada a cultura portuguesa deste período. E todavia, à medida que nos fomos aproximando do seu rasto, quis-nos parecer termos deparado com uma interessante personalidade, com relevo intelectual e social, projectando luz sobre o seu meio, nomeadamente enquanto professor das princesas.

Interessando-nos especialmente o estudo das formas de piedade dos leigos na época moderna, frequentemente nos temos debruçado sobre variadíssimos casos e experiências concretas de vida «beata» feminina, normalmente tendo por base fontes inquisitoriais, relatos hagiográficos e cronísticos das religiões. A partir de indicações constantes do inventário do fundo monástico-conventual do Arquivo Distrital de Braga, decidimos fazer

³⁵ Cf. Joaquim de CARVALHO, *Pedro Nunes, mestre do Cardeal Infante D. Henrique*, Sep. de «A Cidade de Évora», 1950, 5-13; Robert RICARD, *Pour une monographie de l'infant D. Louis de Portugal*, op. cit., 148-149.

³⁶ Cf. Ivo Carneiro de SOUSA, *A sensibilidade da literatura portuguesa dos séculos XV e XVI às matemáticas*, «Revista da Faculdade de Letras/L.L.M.», II Série, Vol. I, 1985, 151-15.1 e 193-211.

³⁷ Cf. Ronaldo VAINFAS, (org.) - *Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, Confissões da Bahia (1591-1592)*, S. Paulo, 1997, 97-98.

uma sondagem directa à documentação das casas religiosas de Braga e Barcelos de mulheres terceiras ou recolhidas, gozando do epíteto de beatas. Na Páscoa de 1997 fomos consultar - finalmente - um acervo documental que, à partida, nos aparecia rodeado de particularidades aliciantes: com efeito reportava-se a um recolhimento de beatas, iniciado nos anos setenta de quinhentos na novel e espaçosa praça bracarense do *Campo da Vinha*, a curto trecho sede de várias casas religiosas, e que surpreendentemente, decerto pela sua singularidade institucional e por ter vindo a ficar na administração da misericórdia local, lograra resistir até 1910. Compulsada toda a documentação constante do fundo monástico-conventual referente a esta casa, faltava-nos a leitura de um traslado de 1816-1817 do livro dos estatutos deste recolhimento, na qual nos estava reservada uma grande surpresa: a folha vinte deste livro começava o *Traslado da Instituição e testamento do Licenciado Domingos Peres que este fez, paru o regulamento do Recolhimento de Santo António do Campo da Vinha desta Cidade de Braga, no qual instituiu por Administradores perpetuamente aos Ill.mos Senhores Provedor e mais Senhores da Mesa da Santa e Real Casa da Misericórdia*³⁹. A leitura deste instrumento, de 2 de Abril de 1588, feita através do referido traslado, e depois com recurso a documento tabeliônico subscrito pelo próprio Domingos Peres, forneceu-nos imediatamente as primeiras importantes informações sobre a vida e personalidade do instituidor, além de, naturalmente, sobre a sua vontade em relação ao funcionamento do recolhimento de beatas que anteriormente ordenara nas suas casas do Campo da Vinha³⁹.

Neste documento de instituição e testamento o Licenciado Domingos Peres sentiu necessidade de prestar esclarecimentos sobre a origem dos seus bens, de modo a ver-se «como nada adquirio pela Igreja», e por isso declarou:

«Indo o que disponho nesta instituição e em meu testamento o adquiri por minhas letras, induziria e trabalho, assim em cinco anos que na Universidade de Salamanca li Matemática, em que ganhei muito dinheiro, como em nove ou dez anos que de mandado do Infante D. Henrique, rei que depois foi destes reinos, ensinei a seus sobrinhos o Senhor Dom Duarte, o Senhor D. Amónio, a Senhora D. Catarina, ora Duquesa de Bragança, e a Senhora D. Maria, mulher que foi do Príncipe de Parma, dos quais príncipes recebi muitas e

^{ia} A.D.B., CM 720, tis. 20-42.

³⁹ Cf. A. D. B.. Livro da Misericórdia de Braga n° 472, fls. 1-4.

grandes mercês e tive grandes ordenados de que no dito tempo de seu serviço ajuntei o dinheiro com que fiz os casas em que movo e de que abaixo disponho e tudo o demais que tenho, porque das rendas de S. João da Balança, o tempo que fui abade dela, gastei a maior parte em demandas necessárias para proveito e utilidade dela e descargo da minha consciência, que duraram todo o dito tempo e ainda duram, e na fábrica da dita igreja e reedificação da sacristia, retábulos, ornamentos e nas casas que nela fiz e em uma capeia que de novo instituí e fundei com obrigação de uma missa cada mês e outras muitas cousas de muita despesa minha e utilidade da dita igreja».

A verdade é que os estudiosos da cultura portuguesa quinhentista ignoraram este nome. Todavia, há pelo menos cem anos que António de Portugal de Faria⁴⁰ recenseara entre os manuscritos portugueses da biblioteca nacional de Nápoles um códice cartáceo, escrito em belos caracteres curvivos, com uma tradução para português de Euclides, feita por Domingos Peres e dirigida às princesas D. Maria e D. Catarina, netas do rei D. Manuel. A descrição deste códice, composto em Lisboa em 1559, escrito «com elegantíssima caligrafia e acompanhado, página por página, de numerosas e nítidas figuras geométricas», está feita⁴¹. Achile Pellizari, benemeritamente, permitiu-nos um primeiro acesso ao texto do seu «longo» proémio⁴². Nele, Domingos Peres enfatiza a necessidade do conhecimento das ciências por parte de «cada um dos estados dos homens», principalmente reis e príncipes. Como tal, considera «propriissimo» das princesas

⁴⁰ *Portugal e Itália*, Livorno, 1898, 278.

⁴¹ Achile PELLIZZARI, *Portogallo e Italia nel secolo XVI*, Nápoles, 1914, 302-305. De acordo com essa descrição, à fl. 3r. lê-se, por extenso, o seguinte título, aposto pelo autor: *Seis Libros De || Euclides Megarensis || philosopho accuratissimo mathematico trasladado || em Linguagem pello lecenceado Domingos Perez || Aos quais aiunto a Altimetria II Longimetria Profundidades cõ as medidas || de corpos mathematicos e fabricas de Relogios || Reduzidos A esta altura de || Lisboa Anno De || M. D. L jx || Dirigido aas muyto Excelentes & Serenis || simas Princezas, a senhora || D. Maria & a senhora || dona Chaterina || Fillas do Infante D. Duarte, e Infante D. Isabel, Netas del Rey || D. Manuel.*

⁴² Em Setembro de 1998 consultamos em Nápoles, na B. N. Vittorio Emanuele III, este magnífico livro de lições de Domingos Peres, enquanto professor de Matemática das princesas. Providenciamos então uma reprodução fotográfica do ms., com vista ao seu ulterior estudo. Este «livro de texto» ostenta na fl. 2 vº a lisonja de D. Maria, já como mulher de Alexandre Farnese. Cremos que o Licenciado Domingos Peres terá feito copiar primorosamente esse seu «antigo» texto lectivo para que, a então princesa de Parma, lhe subvencionasse uma impressão.

o conhecimento da matemática, louvando as qualidades intelectuais de que haviam já dado prova em anterior leccionação: a "destreza de seus excelentes engenhos..., sobrenatural juízo no julgar, ligeiro discurso no sologizar...». Por este proémio ficamos a saber que tipo de instrução linha Domingos Peres a essa data - 1559 - ministrado a D. Maria e a D. Catarina, então respectivamente com 21 e 19 anos: lera-lhes já «a principal parte da *Arithmetica theorica e pratica*, como principio e fundamento», e seguidamente «as proporções armonicadas, pondo na corda aquella parte da musica theorica subalternada a *Arithmetica*». Ou seja, dentro da tradição, depois da latinidade, as princesas tinham entrado nas matérias quadriviais. Sabemos, explicitamente, as matérias que, nesse quadro, Pedro Nunes havia ensinado aos infantes D. Luís, D. Henrique e ao pai delas, infante D. Duarte: rudimentos de aritmética, os *Elementos* de Geometria, de Euclides, o *Tratado da Esfera*, a Teórica dos Planetas, parte do *Almagesto* de Ptolomeu, a *Mecânica* de Aristóteles, a Cosmografia e a prática de alguns instrumentos, antigos e modernos, relativos à navegação⁴³. Também nestas águas se lerá movido Domingos Peres, pois escreve: «por desejarem V.V.A.A. ouvir a *Theorica dos planetas*, quis para melhor intelligencia ler-lhes os 6 livros de euclides em latim, que são os princípios e *Elementos* da geometria theorica, para tudo mui necessários, e muyto mais para a Navegaã, perspectiva, fortificação e medidas de linhas e áreas». Ora, dada a utilidade prática destes livros à república e ao bem comum — ao qual via muito inclinadas as princesas —, «por mais fácil e menos trabalhoso exercitio», decidira «trasladar em lingoagem» as proposições destes cinco livros (1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 6.º, e não do 5.º, de aritmética, que havia tratado «em outra parte»), juntando-lhes no fim «as medidas de altemetria, longemetria, profundidade, e a medida das áreas, terras e corpos mathematicos», com «alguã fabrica de relógios» e a «declaração dos instrumentos astronomicos» que havia feito para as princesas⁴⁴.

Cientes do interesse destes importantes dados referentes ao magistério áulico de Domingos Peres, parece óbvia a necessidade de os cruzar com

⁴³ Joaquim de CARVALHO, *art. Cit.*, 6. Deve lembrar-se que o tratado *De Sphaera*, de João de Sacrobosco, era, no séc. XVI, o livro de iniciação nos estudos astronómicos; foi de novo tirado do latim em linguagem por Pedro Nunes em 1537, sendo a versão deste autor acrescentada de anotações marginaes, explicando, completando ou corrigindo o texto (cf. Luciano Pereira da SILVA, *Astronomia dos Lusíadas*, Imprensa da Universidade, Coimbra. 1915, 7-18).

⁴⁴ Achile PELLIZZARI, *op. cit.*, 304-305.

aqueles outros que se extraem das fontes arquivísticas de Braga, relativas ao recolhimento feminino por si fundado na cidade, lauto mais que estudos recentemente publicados facilitaram o conhecimento das vicissitudes de funcionamento e administração da instituição, a partir da formação, gestão e aplicação do património que lhe deixou vinculado o referido eclesiástico⁴⁵.

Antes de mais, sabendo estarmos diante de um beneficiado, decidimos fazer uma pesquisa nos livros de registos de cartas de ordens da arquidiocese. Dela coligimos os seguintes dados: Domingos Peres recebeu a *prima tonsura* em Salamanca, no Colégio de S. Tiago, a 16/12/1547; recebeu as ordens menores em Lisboa, a 24/2/1561; as ordens de «Epístola» e «Evangelho» e o presbiterado, na Sé de Lisboa, respectivamente a 1/3/1561 e 31/5/1561. Ficamos ainda a saber que em 5 de Setembro de 1583 o papa Gregório XIII lhe concedeu 80.000 rs. de pensão sobre a Igreja de S. João da Balança e sua anexa Santo André, em razão da sua resignação em favor do Padre João Nunes⁴⁶.

Querendo nós conhecer o melhor possível a personalidade e acção de Domingos Peres, a nossa atenção - naturalmente - incidiu sobretudo na documentação mais antiga dos fundos da Misericórdia de Braga relativos ao recolhimento. Do conjunto da documentação coeva do instituidor, que expressamente se lhe refere ou por ele é subscrita revelaram-se-nos particularmente ricos de informação o Livro n.º 472 da Misericórdia de Braga (com o duplicado de toda a documentação referente ao recolhimento, autenticada pelo próprio Licenciado Domingos Peres), e o Livro das Eleições de capelães e beatas, datado de 1594 (CM 717). O primeiro destes livros é o mais rico em informação biográfica sobre o instituidor, pois nele, às fls. 49-51, se guarda uma recolha judicial de três depoimentos judiciais de individuali-

⁴⁵ Cf. Maria de Fátima CASTRO, *O Recolhimento das Beatas de Santo António do Campo da Vinha*, Sep. de «Bracara Augusta», Vol XLVI (Braga, 1995/6), 169-250. Seja-nos permitido renovar a expressão do nosso reconhecimento a autora, hoje nossa colega de trabalhos no âmbito do C. I. U. H. E., pela forma como gentil e generosamente nos facilitou o contacto com os fundos da Misericórdia de Braga, sediados no A. D. B. Com base neste artigo e com o concurso pessoal da autora apresentamos em 21 de Fevereiro de 1998, na sede do C. I. U. E., e no âmbito do seu programa normal de seminários, uma comunicação intitulada: *Instituição e vicissitudes de um beatério quinhentista: as Beatas do Campo da Vinha (Braga). Notas e rotas de investigação* - cf. «Via Spiritus». vol, 5, no prelo.

⁴⁶ Cf. A. D. B., Livro n.º 327 do Registo Geral, fl. 12 v.

dades bracarenses (um colegial do Colégio de S. Pedro da Universidade de Coimbra, um cidadão morador e um cônego prebendado da Sé), sobre o seu trabalho e a origem dos seus bens. Em 1575 tratava-se para Domingos Peres de justificar a procedência dos bens que aplicava à sua fundação⁴⁷.

⁴⁷ Mediante despacho do juiz ordinário, doutor Pêro Ribeiro, para que testemunhas fossem inquiridas de modo a mostrar que a sua fortuna tinha sido adquirida «sem ser de intuito ecclesiae». a 18 de Julho de 1575, foram o inquiridor Brás Coelho e o tabelião Manuel de Lemos, morador na Rua do Souto, ao pomar das casas do Doutor Baltasar Limpo, Cônego da Sé de Braga, e aí Jerónimo da Fonseca, colegial do Colégio de S. Pedro da Universidade de Coimbra, disse que «é verdade que antes que o Abade suplicante fosse provido do beneficio que na petição diz [Abadia de S. João da Balança], era mestre das filhas da Infanta Dona Isabel e lhes ensinava Astrologia e Esfera, e a outros senhores, fidalgos e pessoas nobres, em o tal tempo, antes que tivesse este beneficio, era voz e fama entre pessoas que serviam o suplicante que ele tinha dinheiro e o trazia em banco e tinha boa casa, tomo homem que tinha bens de seu, e tudo é o que ele, testemunha, sabe, viu e ouviu, e necessariamente as ditas princesas lhe haviam de fazer mercês, tal era a fama». A 26 de Julho, na abóbada da Sé, prestou declarações o cidadão de Braga Pero Carvalho: disse esta testemunha «que é verdade que ele ouviu dizer a muitas pessoas fidalgas e de crédito, que bem conheciam ao suplicante, que quando ele, suplicante, veio de Salamanca, trouxera consigo muito dinheiro, não sendo ainda Abade, e que o dinheiro se dizia adquiriu por sua indústria e ciência e que muitas pessoas nobres por as ensinar lhe davam, e que ouviu também dizer a algumas pessoas, e o mesmo suplicante lhe dissera que quando viera de Castela passara em um colchão muito dinheiro, por respeito das guardas, no qual tempo ainda não era Abade; e depois de ser no reino ensinara as filhas da Infanta Dona Isabel e o Senhor Dom Duarte, e lhe faziam muitas mercês e linha deles tenças, afora outras coisas que outros senhores lhe davam; tudo antes de ele ser Abade». Nesse mesmo dia, na casa do ante-coro da Sé, depôs o Doutor Francisco de Chaves, cônego prebendado; disse «que é verdade que há muitos anos que conhece ao suplicante e foi seu companheiro em a Universidade de Salamanca no Curso de Artes, e que já no dito tempo lia lições particulares de Aritmética e fazia contas da fazenda da Universidade por onde ganhava de comer». Domingos Peres regressara a Portugal e ele, declarante, ainda ficara em Salamanca. Por alguns companheiros de Domingos Peres, um deles português e catedrático de Artes, soube que o suplicante trouxera dinheiro para Portugal vindo depois ele, declarante, para Lisboa, «achou que servia a Infanta Dona Isabel de Mestre de Matemática, ensinava suas filhas e sua casa e moços. E que depois do sobredito, vindo o suplicante para a Igreja de que agora é provido, pousou com ele, testemunha, e trazia uma mala; pelo recado que nela tinha e punha entendeu que trazia bom dinheiro, e que andando pelo tempo falando ele, testemunha, com o suplicante em dinheiro, o suplicante lhe dissera que na dita mala trazia de Lisboa 800 cruzados. E que depois o suplicante tornou à corte e trouxe o fato que lá linha deixado e ele testemunha o viu e era muito bom e algumas peças ricas e curiosas, que dizia que lhas deram príncipes e senhores a quem lia».

A partir da massa dispersa de documentação consultada permitir-nos-emos apresentar um quadro sinóptico-cronológico com os principais factos referentes ao instituidor e à instituição⁴⁸. Queremos todavia, antes disso, precisar alguns dados sobre o funcionamento deste beatério bracarense.

4. Em 2 de Julho de 1572 o Lic.º Domingos Peres comprou as casas junto ao Postigo de Santo António, ao Campo da Vinha, onde viria a funcionar um recolhimento de «mulheres honestas» designadas por beatas. Esse recolhimento já funcionava, seguramente, em 1573-1574⁴⁹. Não possuímos elementos sólidos sobre as «condições, estatutos e regras» segundo as quais viviam estas mulheres antes do testamento e instituição de 1588. Eram mulheres pobres e honestas reunidas nas casas de Domingos Peres para satisfazerem uma causa pia de sufrágios. É significativo que num despacho do arcebispo, de 1579, elas ainda sejam designadas «merceeiras e mulheres recolhidas seculares». Guiando-nos pelas afirmações do próprio Domingos Peres vemos que elas lhe deviam obediência, reservando-se ele o direito de declarar, diminuir, alterar e anular, quando lhe parecesse, esses estatutos iniciais, que a avaliar pelo que diz, lhes deixavam bastante liberdade. Pelo menos, advertido «pelo que depois soube de outras partes onde havia beatas», pela experiência concreta que tomou do funcionamento destas e «por outros motivos justos e honestos respetos», resolveu «limitar-lhes a liberdade, mãe de todos os vícios, e ordenar quanto possível fosse seu recolhimento e honestidade»⁵¹.

Não são de estranhar as hesitações e temores de Domingos Peres, que em codicilo posterior ao testamento de 1588 prevenirá a hipótese de o recolhimento poder vir a ser extinto. Com efeito, na Península desses dias, muitas beatas davam que fazer à inquisição e à hierarquia eclesiástica, sobretudo duas classes delas: aquelas que se arrogavam um hábito religioso de *motu proprio*, sem obediência a superior conhecido, e aquelas que usavam hábito honesto ou de religião, apenas tendo prometido obediência aos seus confessores ou outras pessoas particulares⁵². De início, as reco-

⁴⁸ Cf. Apêndice.

⁴⁹ Vemo-lo claramente porque no Livro nº 472 da Misericórdia, fl. inum., existe um termo de admissão da beata Mana do Rego, de 12-10-1604, no qual se diz que esta entrava «em lugar de Catarina Fernandes, já defunta, a qual esteve neste recolhimento mais de 30 anos».

⁵⁰ Cf. Maria de Fátima CASTRO, *art. cit.*, 181.

⁵¹ A. D. B., C M 720. fl. 22 r.

⁵² Cf. Álvaro HUERGA, *Historia de los Alumbrados (1570-1630)*, t. V, F. U. E., Madrid, 1994, 216-217.

lhidas do Campo da Vinha estariam muito próximas a esta última classe de beatas. Domingos Peres quis que elas usassem o hábito pardo de S. Francisco, e elas foram-no usando. As beatas apenas receberam carta de irmandade, passada por Frei Álvaro de Olivença, ministro provincial da Província da Piedade, no dia 24 de Junho de 1580, e no texto dessa carta evocava-se a anterior «devação, zello e amor» que estas mulheres tinham ao hábito e à sagrada religião de S. Francisco, especialmente a Província da Piedade. A partir desta data já aparecem designadas *beatas da Ordem de S. Francisco*⁵³. Se é necessário situá-las numa tipologia, tinham entrado numa outra classe de beatas - as beatas terceiras — neste caso com hábito concedido pelo provincial da Província da Piedade. Em 1584, o provincial Frei Pedro de Guimarães, para que ninguém as pudesse inquietar ou torvar sobre isso, reafirmava-lhes a licença para continuarem a usar os ditos hábitos, desde que elas continuassem a viver juntas e honestamente como até aí⁵⁴.

O referido testamento e instituição de 1588 vai consolidar a identidade e pautar o futuro do recolhimento: sustentadas por vinte e seis medidas de pão anuais, de propriedades do licenciado, seis mulheres de Braga e seu termo, sem enfermidade contagiosa, sem infâmia e raça de judeu ou mouro, de boa vida, fama e costumes, virtuosas solteiras ou viúvas honestas sem filhos, morariam de duas em duas nas três celas das casas de Domingos Peres, dotadas de oratório e casa de oração (uma sala melhor, forrada), lojas, forno e quintal. Confessar-se-iam uma vez por mês no Convento de S. Frutuoso de Montélios (nos subúrbios), dos franciscanos da Província da Piedade, ou não podendo ser, nos jesuítas do Colégio de S. Paulo, usariam hábito pardo de S. Francisco, cordão e manto de saragoça pelo pescoço (como já anteriormente faziam) e, à hora de prima, às segundas, quartas e sextas-feiras competir-lhes-ia dirigir-se, de duas a duas, até à Santa Casa da Misericórdia de Braga, a ouvir as missas de sufrágio aí instituídas por Domingos Peres, outrossim devendo rezar em casa, quotidianamente, cinco pater-nostres e ave-marias por alma do instituidor. O modo de vida destas mulheres, delineado neste testamento e instituição de 1588 é então, como se disse, o de uma espécie de terceiras franciscanas, mas adscritas às obrigações pias de merceeiras. Sem outros encargos e sem votos, viveriam em comum, sem o rigor de uma clausura (apesar de não

⁵³ Cf. Maria de Fátima CASTRO, *art. cit.*, 201

⁵⁴ Cf. A. D. B., Livro da Misericórdia de Braga n° 472. fl. 14 r.

poderem dormir nunca fora de casa e não poderem sair sós à rua, mas de duas em duas)⁵⁵, debaixo da inspecção e autoridade da Misericórdia. Uma vida, ainda assim, sem dúvida menos apertada e com menos encargos do que no futuro, quando as obrigações diárias de coro e uma regulamentação mais apertada dos actos da comunidade vierem consagrar uma conventualização das beatas e das recolhidas supra-numerárias a elas agregadas, uma realidade bem patente nos estatutos novos de 1746/47⁵⁶.

5. No tipo de disposições do testamento de Domingos Peres, lacrado com as suas armas, tal como nas disposições do codicilo de 24 de Agosto de 1603, exprime-se bem o espírito metódico, metuculoso e rigoroso do professor de matemática das princesas. A categoria dos móveis que deixa, variedade e riqueza de roupas e paramentos não são apenas próprias de um eminente eclesiástico, mas de um mestre aúlico, capaz de contemplar um amigo com um relógio equinocial, de prata, «com sua agulha de marear e caixinha»⁵⁷. Nos interesses e nas devoções sintoniza com o paço. Assim, vem-lo deixar à beata Catarina de Santo António, sua antiga ama, e às superiores que lhe houvessem de suceder no recolhimento «huã cruz douro que tem o lenho da vera Cruz. aprovado pcellos confessores dos príncipes, de muita devação, e hum rilcairo douro com outras relíquias que estão em huã bolcinha, tudo em huã caixinha» a guardar no oratório⁵⁸. Nesta mesma altura lembrava ao provedor e mesários da Misericórdia de Braga, instituição herdeira e testamenteira da sua fazenda, uma dívida antiga, a todos os títulos interessante, e cuja arrecadação deixava ao critério daqueles senhores:

«declaro que querendo a caía da Misericórdia cobrar o serviço que me deve a Senhora dona Caterina duquesa de doze annos de mestre das matemáticas e lhe mandei Instrumentos de ouro e prata e bronze que bem podião valer

⁵⁵ Havia no entanto rigor na exigência de observância destas regras que, na expressão de Domingos Peres, configuravam «certo modo de clausura». Com efeito, em 1587, como duas beatas, Helena da Cruz e Maria dos Remédios, não as cumprissem. Domingos Peres requereu ao provincial da Província da Piedade que pedisse ao vigário-geral da arquidiocese para a estas mulheres serem imediatamente retirados os hábitos (Livro da Misericórdia n.º 472. fl. 15).

⁵⁶ Cf. Maria de Fátima CASTRO, *art. cit.*, 225-246 e Pedro Vilas Boas TAVARES, *art. cit.*

⁵⁷ Maria de Fátima CASTRO, *art. cit.*, 209.

⁵⁸ A. D. B. Livro da Misericórdia de Braga n.º 472, fl. 9 v.

quinhentos ou seiscentos cruzados, dos quais me mandou somente cem cruzados, que do mais me satisfaria indo a instilar ao duque e a seus irmãos, e eu por minhas indisposições o não fiz, e por este respeito me não pagarão o meu serviço e os instrumentos, respondendome em huã petição que requere-se na fazenda dei Rei, a qual petição e cariai se acharão em meu poder»⁵⁹.

As duas casas religiosas de Braga às quais Domingos Peres aparece, na própria letra das disposições testamentárias, especialmente ligado, são os franciscanos de S. Frutuoso e os Jesuítas do Colégio de S. Paulo, as duas congregações que, manifestamente, mais marcaram a espiritualidade deste beatério. Baste lembrar que, consagrando tendências anteriores e um crescente triunfo da oração mental, os estatutos novos de 1746/47 tornarão de preceito cada beata haver passado pela prática dos *Exercícios Espirituais* inacianos⁶⁰. Ao colégio dos jesuítas, destinou os livros de matemática e artes e respectivos instrumentos, a S. Frutuoso os livros de teologia e de Sagrada Escritura. Esse legado, que deveria constar de uma tábua posta na livraria de uns e outros padres, era o grosso dos livros que juntara na «sala de estudo» das casas do Postigo de Santo António ao Campo da Vinha, onde vivia paredes meias com as beatas e com os dois capelães que corriam com as obrigações das missas por si instituídas. A estes deixava os «livros de casos e de rezar e outros espirituais», as beatas ficariam com «os que houvesse devotos, de linguagem», e os senhores testamenteiros da Misericórdia ficariam com os «livros de histórias em linguagem ou italiano»⁶¹. Aos jesuítas deixou ainda alguns objectos de prata, entre os quais um serviço de prata «com um relógio com o regimento no fundo da lua»⁶².

Desde que abandonou o magistério no qual tivera o privilégio de ensinar os filhos do infante D. Duarte e de Dona Isabel, os passos de Domingos Peres, detectáveis nesta documentação consultada, em S. João da Balança, de que foi abade, ou em Braga, nas suas casas do Postigo de Santo António - disponibilizadas a algumas mulheres pobres, beatas, incapazes de um aluguer, e onde se recolheu após a resignação ao seu benefício -, mostram uma grande e constante preocupação: pelas suas obras

⁵⁹ A. D. B. Livro da Misericórdia de Braga n° 472, fl. 10 r - v.

⁶⁰ Cf. A. D. B., CM 720, fl. 10 v.

⁶¹ Cf. A. D. B., Livro da Misericórdia de Braga n° 472, fls. 11 e 12 r.

⁶² Maria de Fátima CASTRO, *art. cit.*, 209.

materiais e instituições ser útil à Igreja, vindo a alcançar, no fim dos seus dias, todas as garantias possíveis ao seu descanso eterno. Com efeito, além de irmão da Misericórdia de Braga, em cuja igreja seria enterrado debaixo do púlpito, onde contava com as missas de sufrágio correspondentes e com as que instituirá especialmente, a cargo de dois capelães perpétuos, com as suas esmolas ganhou os sufrágios de imensas outras confrarias da cidade, das quais se fez irmão: confrarias do Rosário, do SS.mo Sacramento, de S. Sebastião, Santa Cruz, Santíssima Trindade, Santa Ana, S. Vicente, S. Geraldo, Nossa Senhora-a-Branca, Nossa Senhora do Pópulo, Nossa Senhora da Apresentação, Santo Amaro e Santo António do Postigo⁶³.

Pela letra de algumas verbas do codicilo vemos que linha sido um tio talvez duro, mas generoso e protector: criara em sua casa dois filhos de seu sobrinho Manuel Feres Tavares; ensinou um deles, Simão, e encaminhou-o para a Índia, e a Domingos, surdo e «pouco correito», pô-lo a aprender de alfaiate. O testador não oculta os seus desgostos familiares: criara, ensinara, limpara, dera a El Rei e aviara como pudera para a Índia — são seus termos - o pai daqueles moços, para o tirar das suas desordens daqui, e agora o sobrinho reivindicava dele serviços em dívida. Domingos Peres lembrava ao provedor e mesários da Misericórdia que, no caso de tal ser necessário, deveriam exhibir papéis que ele guardava, assinados pelo sobrinho, que provariam, «na conferência», quem estava em dívida⁶⁴... Talvez este tipo de desconcertos e desgostos com os mais próximos, pela criação e pelo sangue, ajudem a perceber um investimento tão sistemático e exclusivo no além.

Com uma longevidade surpreendente, que só não ultrapassou o *5 de Outubro*, o recolhimento do Campo da Vinha ficaria como a principal instituição, encarregada de lembrar a sua alma e perpetuar a sua memória.

Pedro Vilas Boas Tavares

⁶³ A. D. B., Livro da Misericórdia de Braga nº 472, fls. [29] e [30] inums.

⁶⁴ A. D. B., Livro da Misericórdia de Braga nº 472, fl. 10 r.

Apêndice

Licenciado Domingos Peres//Instituição do Recolhimento das Beatas do Campo da Vinha

CRONOLOGIAS

Fontes: A.D.B., *Cartório da Misericórdia* (Livros indicados supra); A. D. B. *Registo Geral* (Livros 5 e 327); A. N. T. T., Chancelaria de Filipe I, Livro 27; B. N. de Nápoles, Cod. XII, D 91; Maria de Fátima Castro, *O Recolhimento das Beatas de Santo António do Campo da Vinha*, Braga, 1995/6

* 1543 - Emprazamento do chão, pertencente à Câmara, a António Freire, no qual serão construídas casas, ao Postigo de Santo António.

* 1547 - Domingos Peres recebe a prima tonsura a 22. 12. Curso de Artes. Testemunhos referentes a este período: a) «no dito tempo lia lições particulares de Aritmética e fazia contas da fazenda da Universidade, por onde ganhava de comer». b) «adquiriu dinheiro por sua indústria e ciência e que muitas pessoas nobres por as ensinar lhe davam», c) Na Universidade de Salamanca, em cinco anos, «li Matemáticas em que ganhei muito dinheiro».

* 1552-1553 - Vinda para Lisboa. Começo da sua docência. Testemunhos sobre o período então iniciado: a) «era mestre das filhas da Infante Dona Isabel e lhes ensinava astrologia e esfera, e u outros senhores, fidalgos e pessoas nobres», b) «Depois de ser no reino ensinara as filhas da Infanta D. Isabel e o Senhor D. Duarte, e lhe fatiam muitas mercês e tinha deles tenças, afora outras coisas que outros senhores lhe davam» c) «servia a Infanta D. Isabel de Mestre de Matemática, ensinava suas filhas e sua casa e moços» d) «nove ou dez anos, do mando do Infante D. Henrique, Rui que depois foi destes Reinos, ensinei a seus sobrinhos o Senhor D. Duarte, o Senhor D. António, a Senhora D. Catarina, ora duquesa de Bragança e a Senhora Dona Maria, mulher que foi do Príncipe de Parma, dos quais príncipes recebi muitas e grandes mercês e tive grandes ordenados».

* 1555 - Venda de metade das casas de António Freire a Belchior Fernandes, de quem passarão a sua filha, c. c. João Gomes.

* 1553-1559 - Composição de um "*Tratado de música e aritmética em linguagem*".

* 1559 - Tradução dos *Seis Livros de Euclides... cõ as medidas de corpos matemáticos e fabricas de relógios* para as Princesas Maria e Catarina.

* 1561 - Conferidas pelo Bispo de Fez, em Lisboa, Domingos Peres recebe sucessivamente ordens menores, de epístola e evangelho e presbítero.

* 1565 - Ano do casamento da Princesa Mana e termo da principal actividade docente de Domingos Peres (dez anos: de 1553 a 1563, ano do casamento de D. Catarina, + 2 anos). No seu codicilo (24.8.1603) Domingos Peres diz: *«querendo a casa da M.ia cobrar o serviço que me deve a Senhora D. Catarina duquesa de doze annos de Mestre das matemáticas e lhe mandei instrumentos de ouro e praia e bronze que bem podião valer quinhentos ou seiscentos cruzados, dos quais me mandou somente cem cruzados, que do mais me satisfaria indo a insinar ao duque e seus irmãos e eu por minhas indisposições o não fiz, e por este respeito me não pagarão o meu serviço e os instrumentos, respondendome em huã petição que requeresse na fazenda del Rei»*.

* 1570/1571 - Vinda para S. João da Balança, cm cuja Igreja e sua anexa, Santo André, foi provido como Abade. Segundo o testemunho (de 1575) do cónego da Sé de Braga, Dr. Francisco de Chaves, trouxe consigo, numa mala, de Lisboa, 800 cruzados, mas voltou à corte *«e trouxe de lá o fato que lá tinha deixado e ele testemunha o viu e era muito bom e algumas peças ricas e curiosas»* dadas por príncipes e senhores a quem lia.

* 1572 - Compra pelo Lic^o Domingos Peres das casas do Postigo de Santo António (2 de Julho) a João Comes e mulher por 77.000 rs.

* 1573-74 — As beatas começam a ser acolhidas nas casas propriedade de Domingos Peres.

* 1577 - Autorização da Câmara ao Lic^o Domingos Peres para dividir as casas pelas beatas e capelães, reservando uma parte para sua própria morada. Contrato com a M.ia: aceitação da instituição de missas, capelães e beatas; entrada para confrade da M.ia; licença para enterramento na Igreja da M.ia.

* 1579 - Instituição de uma capela de missas na igreja de S. João da Balança.

* 1580 - Concessão de carta de irmandade de S. Francisco às beatas.

* 1583 - Renúncia a Igreja de S. João da Balança, com 80.000 rs. de pensão.

* 1588 - *Nova instituição ou declaração, adição e reforma da antiga, por modo de testamento.*

* 1603 - Alvará autorizando Domingos Peres a fazer capela dos seus bens livres.

* 1608 - Falecimento de Domingos Peres (9 de Fevereiro).